

ATA DA 33ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS, REALIZADA EM BRASÍLIA/DF

Local: Mini-auditório da SRH, SGAN Q 601, Lote 1, Ed. Sede da CODEVASF, 4º andar Brasília/DF. CEP: 70830-901.

Data: 29 de abril de 2004.

Início: 10:10h

Término: 16:50h

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)

Ministério do Meio Ambiente – ANA: Francisco Lopes Viana (fcoviana@ana.gov.br)

Ministério dos Transportes: (ausência)

Ministério das Cidades: Maria Carmen Germano Braga (maria.braga@cidades.gov.br)

Ministério da Integração Nacional: Jader Paulo Gonçalves Verdade Júnior (jader.junior@integracao.gov.br)

Ministério das Minas e Energia: Carlos R. da Costa (carlosrodrigues@dnpm.gov.br)

Ministério da Saúde: (ausência)

Conselhos Estaduais MG/ES: Marcelo Garcia M. Diniz (marcelo.diniz@igam.mg.gov.br)

Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)

Conselhos Estaduais PR/MT: Emílio Trevisan (emiliot@pr.gov.br)

Conselhos Estaduais CE/BA: Fernando Fernandes da Silva (ffsilva@srh.gov.br)

Conselhos Estaduais RN/AL: (ausência)

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Greice Bastos Federmenn (greice@cemig.com.br)

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:

Leane Chamma Barbar Przybysz (leanep@sanepar.com.br / dma@sanepar.com.br)

Portuários e Hidroviários: André Luiz Ferro de Oliveira (andre.ferro@cnt.org.br)

Indústria: Reginaldo Gomes da Silva (rgomes@ambigeo.com.br)

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Augusto de Araújo Almeida Netto (augusto@meiaponte.org)

CONVIDADOS:

Ana Esméria L. Valverde – Água Terra Planej. Ambiental (valverde@aguaterra.com.br)

Célia Regina Bueno P. Poeta – SMA/SP – (celiap@cetesb.sp.gov.br)

Dário Moraes de Almeida – DNPM – (dario.almeida@dnpm.gov.br)

Gislene Maria S. Nogueira – SEMARH – (gis_nog@hotmail.com)

Marco Antonio Feliz Figueiredo – ANA – (marcofelix@ana.gov.br)

Maria de Lourdes Pereira dos Santos – CVRD – (maria.lourdes.santos@cverd.com.br)

Maurício Andrés Ribeiro – ANA – (mauricio.andres@ana.gov.br)

Oswaldo F. Rosseto Junior – Hidroviário – (orosseto@sp.gov.br)

Pedro Victorio Júnior – Hidroviário – (pedrojunior@sp.gov.br)

RELATORIA:

Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 10:10h do dia 29 de abril do ano de dois mil e quatro, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 33ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras -CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A Presidente cumprimentou a todos e passou diretamente ao Item II da pauta. **Item II** – Aprovação da Ata da 32ª Reunião. A Ata foi aprovada com modificações sugeridas pelo Sr. Dário (DNPM). **Item III** – Relato, pela Sra. Célia Poeta, sobre o andamento dos trabalhos referente à Proposta de Resolução do CONAMA que dispõe sobre a compatibilização dos procedimentos de outorga e licenciamento ambiental, no âmbito do Grupo de Trabalho da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental do CONAMA. A Sra. Leila (CERH/SP) introduziu o assunto lembrando aos membros da

Câmara que a demanda sobre esse assunto ocorrera através de Ofício enviado pela ANA em 2003 e de modo informal pela SRH. Disse que, no ano de 2003, participou de uma reunião da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental do CONAMA, bem como, após discussões sobre uma resolução conjunta, foi observado que a mesma não seria possível, tendo em vista que os Regimentos Internos dos respectivos Conselhos não prevêem tal situação. Passou a palavra para a Sra. Célia Poeta (Secretaria de Meio Ambiente - SP) que primeiramente agradeceu o convite e em seguida informou que o GT existente no âmbito do CONAMA estava com seus trabalhos paralisados. Informou que o grupo foi criado em 2002, e desde então foram realizadas três reuniões, que não contaram com efetiva representatividade estadual. Disse que o questionamento estava calcado na intenção de se integrar os procedimentos não intervindo na outorga. Finalizou destacando os vários pontos de conflito que criaram impasses não solucionados durante as reuniões do GT do CONAMA. O Sr. Maurício (ANA) afirmou que acreditava que houve por parte da ANA e do IBAMA uma evolução no assunto e que não seria prudente a disponibilização da última proposta discutida pelo GT por considera-la desatualizada. Como o próximo assunto de pauta também tratava do tema em questão, o mesmo não fora concluído nesse momento, passando-se ao item IV da pauta. **Item IV** – Apresentação “Resoluções e Normas Estaduais que compatibilizam os procedimentos de outorga e licenciamento ambiental”, pelo Sr. Norberto Ramon – CERH/PR, Sra. Leila Gomes – CERH/SP e Sr. Marcelo Diniz – IGAM/MG. A Sra. Leila (CERH/SP) solicitou que o representante do CERH/PR iniciasse sua apresentação, convidando assim o Sr. Emílio Trevisan (CERH/PR). O Sr. Emílio (CERH/PR) fez uma sucinta apresentação, destacando os artigos 1º, 3º, 4º, 6º e 7º, da Resolução SEMA nº 03/2004, bem como o fluxograma que compatibiliza os procedimentos (Outorga Prévia -> Licença Prévia -> Licença de Instalação -> Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos -> Licença de Operação), conforme presente no **Anexo I** (SUDERHSA_DAEI_IGAM.pdf). Ele esclareceu que no Estado do Paraná, as entidades responsáveis pelos procedimentos de outorga e licenciamento ambiental estão no âmbito da mesma secretaria e que não existem problemas relevantes referentes às obras de infra-estrutura. Esclareceu que os processos correriam concomitantemente nos dois órgãos, e a análise seria conjunta, mas que esses procedimentos estariam em fase de implementação, com data indicativa para seu início a partir de agosto e a intenção seria de facilitar, para o empreendedor, o encaminhamento dos processos autorizativos. O Sr. Luiz (SRH), a Sra. Célia (Secretaria de Meio Ambiente - SP) e a Sra. Maria de Lourdes (CVRD) questionaram sobre a definição e aplicabilidade da outorga prévia, principalmente quando do uso da água na instalação do empreendimento. Para dirimir a dúvida o Sr. Emílio fez a leitura do inciso VI, § 2 do art. 3º. O Sr. Viana (ANA) comentou sobre a necessidade de se reduzir o tempo para a obtenção das licenças e que as resoluções não poderiam engessar os procedimentos, mas que a redução de tempo dependeria da complexidade dos empreendimentos ou atividades a serem analisadas. O Sr. Emílio (CERH/PR) também destacou o caso de integração quando da outorga e licenciamento para ETEs estando considerada no art. 7º. O Sr. Viana (ANA) lembrou da dificuldade da integração dos procedimentos e da dependência que isso poderia gerar, pois a análise para concessão da outorga necessitaria de menor espaço de tempo e, por esta característica, não deveria depender dos procedimentos de licenciamento ambiental. Comentou sobre a dificuldade de se equacionar tal problema e de discuti-lo conjuntamente com o intuito de se encontrar o mecanismo adequado, sem que ocorra o engessamento dos procedimentos. A Sra. Leila (CERH/SP) ressaltou a necessidade de se obter a outorga preventiva devido aos cálculos para o balanço hídrico que seriam realizados nesse momento e que poderiam apontar para modificações no empreendimento. O Sr. Marco Antônio (ANA) também destacou o cuidado na dependência dos processos, como estabelecido no art. 4º da Resolução do Paraná. O Sr. Fernando (CERH/BA) lembrou dos desembolsos por parte do empreendedor para a obtenção das licenças ambientais e outorgas. Disse que no seu Estado esses valores são significativos e que deveria ser estudado como proceder quando dos procedimentos integrados. A Sra. Leila (CERH/SP) comentou que a discussão estava muito produtiva, mas que seria necessária a continuação das apresentações previstas que abordariam o tema. Assim o Sr. Marcelo (CERH/MG) iniciou sua apresentação relatando um histórico que levou a integração dos

procedimentos impulsionados a partir de 2000, em Minas Gerais. Apresentou o esquema geral que ilustra a resolução de integração de procedimentos, destacando a caracterização do balcão único, e a determinação de que o processo deveria ser analisado num período de 90 dias. Destacou a inexistência da figura da outorga prévia, mas a existência de uma reserva de vazão que acompanharia a Licença Prévia. Já a outorga de direito de uso dos recursos hídricos seria expedida conjuntamente com a Licença de Instalação ou Licença de Operação. Também destacou os objetivos de desburocratizar, facilitar para o empreendedor e emitir licenças interligadas. Demonstrou a preocupação da aplicabilidade dos procedimentos, iniciados em 01/03/2004, e em fase de experimentação, sujeita a futuros ajustes (**Anexo I – SUDERHSA_DAEI_IGAM.pdf**). Diante da finalização da apresentação, a Sra. Leila (CERH/SP) comentou a economia que ocorreria para o empreendedor se o IGAM já confirmasse a reserva de vazão antes de iniciar os procedimentos da licença prévia. O Sr. Maurício (ANA) comentou a integração de procedimentos, envolvendo órgão estadual e federal, sendo que neste caso os procedimentos não ocorreriam nos mesmos moldes. O Sr. Viana (ANA) sugeriu que para os casos em que a licença ambiental fosse em nível estadual, mas a outorga em nível federal, o empreendedor deveria iniciar sua solicitação junto ao órgão outorgante estadual e esse repassaria a solicitação para a ANA, assim se buscaria a integração e divisão de responsabilidades. O Sr. Marcelo (CERH/MG) disse que isso facilitaria para o empreendedor. O Sr. Fernando (CERH/BA) comentou sobre a necessidade do Estado fomentar e impulsionar a integração dos órgãos outorgante e licenciadores. A Sra. Ana (Planejamento Ambiental) comentou sobre as particularidades dos procedimentos para renovações de licenças ambientais e outorga. A Sra. Maria de Lourdes (CVRD) comentou sobre a possibilidade de não serem exigidas condicionantes para a obtenção da outorga e para sua renovação, mantendo-se as mesmas apenas para as licenças ambientais. Respondendo, a Sra. Leila (CERH/SP) e o Sr. Roberto (SRH) falaram sobre a necessidade da definição, pelos Comitês e Órgãos gestores de critérios para emissão das outorgas. Nesse momento, a Sra. Leila (CERH/SP) iniciou sua apresentação, com a leitura da proposta de resolução. Esclareceu que, no âmbito do Estado de São Paulo, os procedimentos são: primeiro o empreendedor obtém a Outorga de Implantação de Empreendimento, que considera a disponibilidade da vazão solicitada através do balanço hídrico da sub-bacia e que o DAEI reserva para o usuário esta vazão, o que não lhe dá o direito de uso. Então ele inicia o Licenciamento Ambiental, obtendo a Licença Prévia e a Licença de Instalação, o que oferece ao meio ambiente e ao empreendedor, “garantia” quanto a existência de água, para aquele empreendimento. Em seguida, de posse da Licença de Instalação, ele obtém a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos. Lembrou também, que qualquer intervenção (um poço, uma travessia) em APP ou áreas especialmente protegidas, não necessariamente licenciáveis como empreendimento, estariam sujeitas a manifestação do DEPRN – sobre o Código Florestal. Continuou fazendo a leitura da proposta de resolução estadual e destacou a dificuldade de sua aplicação junto aos pequenos empreendedores que não possuem recursos para a contratação de estudos para licenciamento e para outorga (**Anexo I - SUDERHSA_DAEI_IGAM.pdf**). Finalizada a apresentação, o Sr. Roberto (SRH) falou sobre a tendência de se banalizar os instrumentos do licenciamento ambiental, principalmente para os pequenos empreendimentos, que deveriam ser objeto de um procedimento simplificado; opinou que somente os grandes empreendimentos deveriam cumprir todas as etapas do licenciamento ambiental previstos em Lei. O Sr. Viana (ANA) concordou com o Sr. Roberto (SRH), mas que deveria ser mantida a filosofia do licenciamento. A Sra. Leila (CERH/SP) e o Sr. Viana (ANA) retornaram ao questionamento referente a interação entre os órgãos estaduais e federais e a delegação de poderes que deveria existir. A Sra. Leila (CERH/SP) demonstrou sua preocupação no que tange ao passivo de empreendimentos instalados, que não possuem outorga e precisariam ser regularizados, além da adoção de procedimentos simplificados para os empreendimentos considerados insignificantes. O Sr. Viana (ANA) e o Sr. Roberto (SRH) sugeriram a utilização de um ato declaratório para solicitação de outorga para empreendimentos de pequeno porte. A Sra. Leila (CERH/SP) ressaltou que em São Paulo, a questão referente a integração dos procedimentos de outorga e licenciamento ambiental, com as obras de infraestrutura, é

de difícil trato, em função de seus portes e mencionou que atualmente a análise dos processos ocorrerem aproximadamente em 6 meses. O Sr. Roberto (SRH) citou a necessidade de se priorizar o licenciamento ambiental de obras com a elaboração de regras, visando minimizar questionamentos do Ministério Público e capacitar os Estados. Nesse momento, o Sr. Maurício (ANA) questionou sobre o encaminhamento a ser dado ao assunto já que os Estados estavam apresentando seus avanços na integração dos procedimentos; questionou como se daria a articulação junto ao CONAMA. O Sr. Oswaldo (Transportes) apresentou suas dúvidas referentes aos procedimentos de outorga e licenciamento de atividades não consuntivas já estabelecidas em uma região, como no caso de hidrovia. Também argüiu se todos os usuários não consuntivos não deveriam conjuntamente solicitar a outorga, considerando os usos múltiplos das águas. A Sra. Leila (CERH/SP) informou que o responsável pela solicitação de outorga seria o próprio órgão gestor da via navegável e que os usos múltiplos já existentes seriam observados para a outorga. O Sr. Viana (ANA) lembrou da necessidade de se planejar os usos futuros do rio com um caráter orientativo. Diante da discussão, o Sr. Oswaldo (Transportes) questionou a necessidade de concessão de outorga para a navegação devido a ausência de parâmetros específicos para tanto. O Sr. Roberto (SRH) respondeu informando que seria prudente para o órgão gestor da hidrovia possuir a outorga, pois seriam definidos parâmetros para os outros usuários a se instalarem no rio. Finalizada essa discussão, a Sra. Leila (CERH/SP) sugeriu, como encaminhamento para o assunto referente a integração de procedimentos, a criação de um Grupo de Trabalho para aprofundar o assunto e elaborar uma proposta de resolução para a Câmara apreciar, fato motivado pela importância do assunto e pelos avanços existentes nos Estados. A sugestão foi acatada por todos ficando a indicação dos membros do GT após a pausa do almoço que se estendeu das 13:00h às 14:50h. Reiniciada a reunião, a Sra. Leila (CERH/SP) retratou a situação da proposta de resolução de integração dos procedimentos no âmbito do CONAMA e a necessidade de se reiniciar as discussões, agora no CNRH. Passou-se para a sugestão dos integrantes do GT Integração de Procedimentos de Outorga de Recursos Hídricos e Licenciamento Ambiental ficando acordado o Sr. Leonardo Mitre (ANA), o Sr. Ramon (SUDERHSA/PR), o Sr. Fernando (SRH/BA), a Sra. Célia (Secretaria de Meio Ambiente – SP), a Sra. Raquel (SRH), bem como um representante do DAEE/SP e um do IGAM/MG. Foi solicitado que todos os órgãos estaduais outorgantes e licenciadores fossem convidados a participar do GT, bem como o IBAMA e representantes da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental do CONAMA. Como data para a reunião acordou-se o dia 14/05, prazo suficiente para a convocação e posterior relato, por parte da coordenação do GT, na 34ª Reunião da CTPOAR. Findada essa discussão, passou-se para o **Item V** – Discussão sobre o escopo do Plano de Utilização da Água, definido no inciso XIV, art. 1º da Resolução CNRH nº 29. Para ilustrar procedimentos existentes no Estado de São Paulo, e fomentar a discussão, a Sra. Leila (CERH/SP) distribuiu o anexo I, da Portaria 717/86, que trata do Estudo de Viabilidade de Implantação – EVI e os formulários para requerimento de outorga de direito de uso de recursos hídricos, solicitados para empreendimentos que demandam a água na Mineração, de minérios classe II no Estado de São Paulo. A Sra. Maria de Lourdes (CVRD) alegou que tal documento talvez não correspondesse a um Termo de Referência para o Plano de Utilização de Águas e sim um documento com orientações para a elaboração do Plano, constituindo-se em um anexo para a Resolução CNRH nº 29. O Sr. Dário (DNPM) concordou e complementou dizendo que nesse anexo deveriam constar algumas sugestões já discutidas no âmbito do GT Plano de Utilização. A Sra. Maria de Lourdes (CVRD) continuou suas considerações, afirmando que várias partes que comporiam o plano de utilização da água já seriam elaboradas nos estudos ambientais, e que o empreendedor não simpatizaria com a contratação de estudos que abordassem o mesmo tema. Diante disso, sugeriu que constasse como indicativo no anexo, que o Plano de Utilização da Água estivesse em consonância com outros estudos já elaborados para o empreendimento. A Sra. Leila (CERH/SP) concordou com a afirmação e complementou dizendo que ninguém iria ler os estudos ambientais para extrair o conteúdo referente aos recursos hídricos e vice e versa e que o Plano de Utilização de Águas iria facilitar e embasar a análise de requerimento de outorga da água, para mineração. O Sr. Dário lembrou que para minimizar problemas referentes a

diferentes estudos contendo itens similares, o DNPM e a FATMA já estariam realizando análise e vistorias conjuntas. Solicitou que fosse clareado o objetivo do Plano de Utilização da Água e do anexo a ser elaborado para catalisar sua evolução. A Sra. Semiramis (SRH), conforme solicitado na 32ª Reunião da CTPOAR, esclareceu que para a publicação do documento em questão deveria ser apresentada uma nova resolução que remeteria o anexo, a Resolução 29 do CNRH, que seria realmente o foco da discussão. O Sr. Dário (DNPM) disse da importância de se explicitarem parâmetros para classificação de empreendimentos e bem como um conteúdo dos Planos de Utilização da Água específico para cada classificação. Neste momento, a Sra. Maria de Lourdes (CVRD) questionou sobre a existência de duas indicações do conteúdo para o Plano de Uso da Água, citados respectivamente no item XIV do Art. 1º e no Art. 4º, e elencou suas dúvidas referentes a vários dispositivos da Resolução CNRH nº 29, com destaque para o caput do Art. 3º e seus §5º e §6º e Art. 7º, com o intuito de sugerir melhorias para o texto em vigor, já que poderia ser aproveitada a oportunidade de estar sendo elaborada uma nova Resolução para tratar do Plano de Utilização da Água. Sua proposta de revisão de dispositivo da Resolução nº 29 não foi acatada pelos membros da CTPOAR, que se manifestaram pela manutenção do texto em vigor. Retomando o foco da discussão, a Sra. Leila (CERH/SP) questionou sobre a classificação dos empreendimentos, em pequeno, médio e grande porte, bem como sobre os níveis de informações a serem solicitados nos respectivos Planos de Utilização da Água e ainda sobre empreendimentos cuja atividades fossem de curta duração. O Sr. Dário lembrou da importância da classificação dos empreendimentos, a partir do uso de recursos hídricos e arguiu sobre outras variáveis a serem consideradas para a classificação dos mesmos. A Sra. Leila (CERH/SP), concordou com a colocação do Sr. Dário, sendo que a classificação dos empreendimentos consideraria os impactos nos recursos hídricos, ou seja, na sub bacia ou bacia hidrográfica, ou aquífero. Complementando, a Sra. Maria de Lourdes (CVRD) disse que na definição dos impactos nos recursos hídricos deveria ser considerada a inter-relação existente entre a qualidade do corpo de água e o seu volume. Já o Sr. Marco Antônio (ANA) disse que o enfoque seria para a possível interferência, o que foi acordado por todos. O Sr. Dário (DNPM) ponderou sobre a realização de um exercício, a partir de trocas de e-mails, para se alcançar condições de contorno e elaborar uma versão inicial do documento para ser apreciado na próxima reunião. A Sra. Célia (Secretaria de Meio Ambiente – SP) evidenciou a dificuldade em se abranger todas as atividades mineradoras que possuísem algum possível impacto sobre os recursos hídricos. Contribuindo para o entendimento da questão, a Sra. Maria de Lourdes (CVRD) sugeriu que fosse analisada a necessidade do documento se reportar à Resolução CONAMA nº 20/86. O Sr. Dário (DNPM) solicitou contribuição de todos, bem como indicação de bibliografias, para balizar a elaboração e aprimoramento do documento. Ficou acordado que o Sr. Dário (DNPM) centralizaria a elaboração do documento e que contribuições poderiam ser enviadas para a Sra. Raquel (SRH) que se responsabilizaria em disponibilizá-las a todos. **Item VI** – Assuntos Gerais, nesse momento, foi informado aos membros da CTPOAR sobre o ofício enviado pela CTAP que trata de procedimentos de licenciamento ambiental em áreas indígenas. Os membros da CTPOAR solicitaram que a Sra. Semiramis (SRH), advogada, apresentasse posicionamento na 34ª Reunião da CTPOAR, ocasião onde se continuaria a discussão do assunto, segundo sua pertinência. A Sra. Leila (CERH/SP) encerrou os trabalhos da 33ª reunião da CTPOAR às 16:50h agradecendo a presença de todos e ratificando a data do dia 27/05/2004 para a próxima reunião da CTPOAR.

Ata aprovada na 35ª reunião, realizada em 22 de junho de 2004.

LEILA DE CARVALHO GOMES
Presidente

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA
Relatora